

1. AGENTE DE TRÂNSITO (DETRAN/SP) – SIMULADO – MARCOS GIRÃO

1.1. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

21.

Em relação ao Sistema Nacional de Trânsito, e acerca das normas de segurança, analise as afirmativas a seguir:

- I. É de competência do CONTRAN a especificação dos procedimentos e da periodicidade para que os fabricantes, os importadores, os montadores e os encarregadores comprovem os procedimentos de segurança veicular.
- II. A JARI será responsável pela regulação dos critérios de segurança a serem atendidos pelos importadores e montadores de veículos.
- III. Os requisitos para circulação dos veículos devem obedecer, além das previstas no Código de Trânsito, as normas editadas pelo CONTRAN.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

Gabarito: C

22.

O condutor Ricardo Vale, motorista de transportes leves da Prefeitura de Valinhos, ao verificar que não há nenhum fiscal de trânsito municipal nas redondezas, estaciona veículo automotor sobre faixa destinada a pedestre. À sua frente, há um posto da Polícia Militar. Nesse caso:

- (A) embora seja uma infração de trânsito, Ricardo Vale não será autuado, pois apenas os órgãos municipais integram o Sistema de Trânsito;.
- (B) embora seja uma infração de trânsito, Ricardo Vale não será autuado, pois apenas a Polícia Civil pode aplicar multa, na hipótese de convênio com o Município;.

(C) não será autuado, pois é agente público, gozando de imunidade perante o Sistema Nacional de Trânsito.

(D) não será autuado, pois o Policial Militar não possui, em suas funções, a competência para aplicar multa de trânsito.

(E) será autuado pela Polícia Militar, caso haja convênio autorizando o exercício desta atividade.

Gabarito: E

23.

Em uma ensolarada tarde de verão, Luís resolve sair de carro e dar um passeio com sua esposa. O destino escolhido foi o parque da cidade. Durante o percurso, Luís teve a ideia de mudar o trajeto escolhido e pegar um trecho da avenida principal da cidade. Quando adentrou a avenida principal, procurou uma placa com a sinalização da velocidade permitida e não a encontrou. Sabendo-se que essa avenida é uma via arterial, as velocidades máxima e mínima permitidas são:

(A) sessenta quilômetros por hora como velocidade máxima, sendo a mínima não inferior a quinze quilômetros por hora.

(B) sessenta quilômetros por hora como velocidade máxima, sendo a mínima não inferior a trinta quilômetros por hora.

(C) sessenta quilômetros por hora como velocidade máxima, sendo a velocidade mínima qualquer uma, desde que inferior a sessenta quilômetros por hora;

(D) sessenta quilômetros por hora como velocidade máxima e mínima permitida.

(E) quarenta quilômetros por hora como velocidade máxima, sendo a velocidade mínima não inferior a vinte quilômetros por hora.

Gabarito: B

24.

Três motoristas da prefeitura estão dirigindo seus respectivos carros oficiais em via pública sem qualquer sinalização específica. Os itens abaixo relatam a situação de cada veículo e a conduta de cada um dos condutores.

I. o primeiro veículo, ao circular por rotatória, deu preferência de passagem ao veículo que pretendia ingressar na mesma;

II. o segundo veículo, ao ingressar em rodovia, deu preferência de passagem ao veículo que estava circulando na rodovia, pois havia apenas um fluxo;

III. o terceiro veículo, ao passar por um cruzamento, deu preferência de passagem ao veículo automotor que estava à sua direita.

A(s) conduta(s) que deveria(m) sofrer autuação é/são:

(A) a conduta I.

(B) a conduta II.

- (C) a conduta II.
- (D) as condutas I e II.
- (E) as condutas II e III.

Gabarito: A

25.

Em um cruzamento, Roserval Júnior, dirigindo veículo automotor, avança enquanto o semáforo está com a luz verde acesa. Porém, por força do trânsito no local, não consegue completar a travessia, impedindo a passagem do trânsito transversal. O agente de trânsito, nesse caso:

- (A) não deve imputar infração de trânsito, pois Roserval Júnior atravessou o cruzamento enquanto o semáforo estava verde.
- (B) não deve imputar infração de trânsito, pois Roserval Júnior não teve culpa.
- (C) deve imputar infração de trânsito, de natureza grave.
- (D) deve imputar infração de trânsito, de natureza gravíssima.
- (E) deve imputar infração de trânsito, de natureza média.

Gabarito: E

26.

Bruno Lima dirige caminhão da prefeitura em pista de rolamento, com duas faixas de circulação no mesmo sentido, mantendo-se na pista da esquerda. A fiscalização de trânsito presenciou a conduta de Bruno Lima. No caso, Bruno Lima:

- (A) não será autuado, porque os caminhões devem circular na pista da esquerda;
- (B) não será autuado, porque estava acima da velocidade máxima;
- (C) não será autuado, porque havia caminhões de maior porte na primeira pista da direita;
- (D) será autuado, pois é a pista da direita a faixa destinada aos veículos mais lentos e de maior porte;
- (E) não será autuado, porque se trata de caminhão da prefeitura e por isso a fiscalização não pode agir.

Gabarito: D

27.

Em uma rodovia de pista dupla Felipe Lucas dirige um caminhão com carga leve e nota que não há sinalização de velocidade máxima. Neste caso, a velocidade máxima é:

- (A) livre.
- (B) de 110 km/h (cento e dez quilômetros por hora).
- (C) de 80 km/h (oitenta quilômetros por hora).
- (D) de 90 km/h (noventa quilômetros por hora).

(E) de 70 km/h (setenta quilômetros por hora).

Gabarito: D

28.

Marcos Girão vendeu seu veículo para Paulo Guimarães em uma feira de automóveis usados. Segundo o Código de Trânsito, Joaquim Marcos Girão:

- (A) encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado, dentro de um prazo de 30 dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado.
- (B) encaminhar à JARI, dentro de um prazo de 30 dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade.
- (C) encaminhar pedido administrativo à polícia militar do Estado e aguardar o prazo de 30 dias para a transferência automática do veículo.
- (D) encaminhar ao CONTRAN, dentro de um prazo de 35 dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado.
- (E) aguardar, pois a transferência é realizada automaticamente após o recebimento do valor pago.

Gabarito: A

29.

No final de dezembro, Heber foi promovido na empresa em que trabalha. Com o bônus recebido pela promoção somado às economias que possuía, Heber comprou uma nova residência no mesmo município de sua antiga e, dois meses depois, mudou-se para o novo endereço. Sabendo-se que Heber possui um carro licenciado e registrado no antigo endereço, é correto afirmar que ele:

- (A) dentro do prazo estipulado em lei, deve comunicar o novo endereço, sem ter que expedir novo Certificado de Registro de Veículo, e aguardar o novo licenciamento para alterar o Certificado de Licenciamento Anual.
- (B) a qualquer tempo, deve comunicar o novo endereço, expedir novo Certificado de Registro de Veículo e aguardar o novo licenciamento para alterar o Certificado de Licenciamento Anual.
- (C) dentro de um prazo estipulado em lei, deve comunicar o novo endereço à prefeitura da cidade, para que emita o novo Certificado de Registro de Veículo e altere o Certificado de Licenciamento Anual.
- (D) não precisa comunicar o novo endereço da residência, visto que o próprio sistema do RENAVAL faria as alterações necessárias, de modo eletrônico.
- (E) não precisa comunicar o novo endereço da residência, visto que as alterações de endereço no Certificado de Registro de Veículo e no Certificado de Licenciamento Anual serão feitas de modo automático pelo órgão executivo competente.

Gabarito: A

30.

Thiago, motorista habilitado na categoria “B”, passa em concurso público para motorista de transportes leves. No pátio da prefeitura, há os seguintes veículos: ônibus, micro-ônibus escolar, van com mais de oito passageiros, reboque e trailer (espécie motor-casa), este último utilizado no programa Segundo Tempo (oficinas de leitura). Thiago estaria apto a dirigir:

- (A) micro-ônibus escolar.
- (B) van com mais de oito passageiros.
- (C) ônibus.
- (D) reboque.
- (E) trailer (espécie motor-casa), com menos de 6.000 (seis mil) quilos.

Gabarito: E

31.

Waldisnéia tem vinte e dois anos e pretende se habilitar para dirigir ônibus. Ela está habilitada há um ano para a categoria “C”, tendo sido aprovada nos cursos necessários. Porém, no mês passado cometeu duas infrações de natureza leve. Nesse caso, Waldisnéia:

- (A) pode se habilitar na categoria “D”, mas para dirigir ônibus é necessário que se habilite na categoria “E”.
- (B) poderia se habilitar na categoria “D” se estivesse há pelo menos dois anos habilitada para a categoria “C”.
- (C) poderia se habilitar na categoria “D” se não tivesse cometido as duas infrações.
- (D) pode se habilitar na categoria “D”, pois apenas as infrações gravíssimas impedem a habilitação em questão.
- (E) pode se habilitar na categoria “D”.

Gabarito: E

32.

Zebedeu, motorista do DETRAN/SP, trafegava a 130 Km/h em rodovia federal de pista dupla. Mário, agente de trânsito, ao flagrar a situação, deverá:

- (A) autuá-lo, por infração de natureza gravíssima;
- (B) autuá-lo, por infração de natureza leve;
- (C) autuá-lo, por infração de natureza média;
- (D) deixá-lo seguir, pois não houve infração;
- (E) deixá-lo seguir, pois os veículos da Prefeitura dispõem de imunidade frente ao Código de Trânsito Brasileiro.

Gabarito: C

33.

Túlio, motorista da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, conduzia veículo oficial em uma via pública quando, por um lapso, colidiu o veículo, em acidente sem vítima. Nesse caso, a conduta de Túlio deve ser:

- (A) deixar o veículo no local do acidente, mesmo que esteja obstruindo o tráfego.
- (B) o veículo deve ser removido do local, para desobstruir o tráfego e evitar autuação por infração média.
- (C) deixar o veículo no local, uma vez que sua remoção é proibida, para não descaracterizar a cena do acidente.
- (D) não fazer nada, pois os veículos oficiais gozam de imunidade frente ao Código de Trânsito Brasileiro.
- (E) o veículo deve ser removido do local, para desobstruir o tráfego e evitar autuação por infração grave.

Gabarito: B

34.

Melim, motorista da Procuradoria do Estado, ao conduzir veículo oficial em via pública, percebe que este parou em razão de falta de combustível. O agente de trânsito que testemunhou o ocorrido deverá tomar a seguinte conduta:

- (A) não autuar Melim, pois se trata de fatalidade.
- (B) autuar Melim, por infração gravíssima, e aplicar multa de 2x o valor previsto.
- (C) autuar Melim, por infração média; aplicar multa e promover a remoção do veículo.
- (D) não autuar Melim, pois se trata de fatalidade, mas promover a remoção do veículo.
- (E) autuar Melim, por infração leve, e aplicar multa.

Gabarito: C

35.

Marcos, vulgo Bunitão das Tapioca, portador de habilitação na categoria B, conduz veículo de transporte escolar, com o propósito de levar estudantes da escola pública para conhecer a Defensoria Pública do Estado. A conduta do Bunitão, segundo o CTB, é:

- (A) lícita, uma vez que contribui para ampliar o conhecimento da população de instituição essencial à Justiça.
- (B) vedada pelo CTB, caracterizando-se como infração leve.
- (C) vedada pelo CTB, caracterizando-se como infração média.
- (D) vedada pelo CTB, caracterizando-se como infração gravíssima.
- (E) lícita, uma vez que o veículo é oficial, não se sujeitando ao CTB.

Gabarito: D

36.

Vicente, Agente de Trânsito do DETRAN/SP, flagrou Vicêncio Vivido, Secretário Público Estadual, dirigindo carro sem cinto de segurança. Nesse caso, Vicente deve:

- (A) autuar Vicêncio, por infração leve, e reter o veículo até que Vicêncio coloque o cinto.
- (B) autuar Vicêncio, por infração gravíssima, e reter o veículo até que Vicêncio coloque o cinto.
- (C) advertir verbalmente o motorista, pois agentes políticos não se sujeitam à legislação de trânsito.
- (D) autuar Vicêncio, por infração grave, e reter o veículo até que Vicêncio coloque o cinto.
- (E) reter o veículo até que Vicêncio coloque o cinto, não sendo aplicável qualquer multa a agente político.

Gabarito: D

37.

Com o intuito de aumentar a renda familiar, Epaminondas, ex-ajudante técnico de pedreiro, resolve se tornar um motorista particular. Para tanto, se submete a exame de aptidão física e mental preliminar e complementar. Epaminondas é aprovado nos exames e começa a procurar emprego como motorista particular com sua carteira de habilitação antiga (carteira para veículos na categoria B). Após ter conseguido o emprego na casa de um casal, João inicia seu turno, levando seu patrão ao banco. No caminho, João é obrigado a encostar o carro por conta de determinação da Guarda Civil Municipal. O Guarda Civil Municipal pede sua carteira de motorista e, ao ver que não continha informação sobre o emprego de motorista, apreende-a. Nesse caso a conduta do Guarda Civil Municipal:

- (A) não está correta. O guarda não poderia apreender a carteira, pois João já possuía autorização para realizar atividade remunerada com o seu veículo, mesmo esta não sendo informada na carteira de habilitação.
- (B) não está correta. O guarda não poderia apreender a carteira, visto que o veículo conduzido por João não excede o número permitido de passageiros nessa categoria de veículo.
- (C) está correta. O guarda poderia apreender a carteira, pois, apesar de possuir a autorização para realizar atividade remunerada, esta não estava contida na carteira de habilitação.
- (D) está correta. O guarda deveria apreender a carteira, pois, apesar de possuir a autorização para realizar atividade remunerada, exige-se do motorista que este porte a habilitação com a informação de aptidão.
- (E) está correta. O guarda deveria apreender a carteira, pois, além da carteira com a informação de aptidão, João deveria estar portando o resultado dos exames de aptidão física e mental.

Gabarito: Nula (sem resposta, pois a letra A está em desconformidade com o art. 147, §5º, CTB)

38.

Nas férias de julho, Genetílides convida seus amigos para passarem uma semana em sua casa de campo, localizada na cidade montanhosa de Orvalho. Por volta das 17 horas, o carro de Genetílides chega ao pé da serra de Orvalho e, percebendo a forte neblina, Genetílides resolve subir a serra atrás de um carro mais antigo. Como a velocidade do carro que estava à sua frente era muito baixa, Bruno toma a decisão de ultrapassá-lo na curva mais acentuada da estrada. Porém, para a infelicidade de Genetílides, havia um Oficial de Trânsito que, subindo a serra em sua viatura, e estando próximo ao veículo de Genetílides, viu o ocorrido. Levando em consideração a forte neblina e o local de ultrapassagem, o Oficial:

- (A) não deve autuar o condutor, pois a ultrapassagem feita pelo motorista era mais segura do que continuar a subir a serra atrás do carro antigo de velocidade baixa.
- (B) não deve autuar o condutor, pois, apesar da neblina forte, o motorista fez a ultrapassagem em local correto.
- (C) não deve autuar o condutor, pois é permitido ao motorista ultrapassar em qualquer local, desde que não haja veículo vindo em direção contrária na mesma faixa.
- (D) deverá autuar o condutor, pois a ultrapassagem em curvas, aclives e declives, sem visibilidade suficiente é proibida.
- (E) deverá autuar o condutor, pois a ultrapassagem em curvas, aclives e declives é proibida.

Gabarito: D

39.

Dilermando, com três anos de idade, tem consulta médica agendada. Seus pais, porém, têm compromisso e pediram a Evódia para levá-lo. Evódia, vizinha que possui veículo com 5 (cinco) lugares, aceitou prontamente a tarefa. Colocou Dilermando no banco da frente, imaginando que assim seria mais fácil ampará-lo. No percurso, Evódia é parada por autoridade municipal. No caso, Evódia deverá ser:

- (A) autuada, por cometer infração gravíssima, e o seu veículo deverá ser retido até que a irregularidade seja sanada.
- (B) autuada, por cometer infração média.
- (C) autuada, por cometer infração grave.
- (D) autuada, por cometer infração gravíssima, e escoltada até sua residência.
- (E) advertida verbalmente.

Gabarito: A

40.

Em via pública, o condutor Hipereides estaciona veículo automotor sobre faixa destinada a pedestre. Mais adiante o condutor Ipana estaciona veículo automotor no meio de sinalização horizontal delimitadora de ponto de embarque ou desembarque de passageiros de ônibus. A infração relatada é de natureza:

- (A) média para Hipereides.

- (B) média para Ipana.
- (C) leve para Hipereides.
- (D) leve para Ipana.
- (E) grave para Ipana.

Gabarito: B

41.

Adalgamir sai com o seu veículo que estava estacionado adequadamente em uma fila de veículos margeando a guia da calçada, mas não dá preferência para o veículo de Carabino, que está circulando na via. Carabino consegue evitar o acidente. Agente de Trânsito presencia a situação. Nesse caso, o agente deve:

- (A) advertir verbalmente os dois motoristas.
- (B) imputar infração gravíssima a Adalgamir.
- (C) imputar infração grave a Adalgamir.
- (D) imputar infração leve a Adalgamir.
- (E) imputar infração média a Adalgamir.

Gabarito: E

42.

Oficial de Trânsito presencia as seguintes situações:

- I – Motorista conduz veículo automotor em período noturno, em via com iluminação pública, utilizando luz baixa;
- II – Motorista conduz veículo automotor em período noturno, em via sem iluminação pública, utilizando luz alta, a qual é reduzida sempre que é avistado outro veículo;
- III – Motorista conduz veículo em período diurno, sob forte chuva, neblina e cerração, utilizando luz de posição do veículo;
- IV – Motorista conduz veículo em túnel com iluminação pública na Avenida dos Apedeutas, utilizando luz de posição do veículo.

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB):

- (A) nenhuma das condutas viola o CTB.
- (B) somente as condutas I e IV violam o CTB.
- (C) somente as condutas I e II violam o CTB.
- (D) somente a conduta IV viola o CTB.
- (E) somente as condutas III e IV violam o CTB.

Gabarito: D

43.

Marco Antônio, motorista profissional, cometeu crime de trânsito enquanto realizava o seu trabalho. Na ocasião estava sob as seguintes circunstâncias:

- I. utilizando o veículo com placas adulteradas;
- II. sobre faixa de trânsito permanentemente destinada a pedestres;
- III. exercendo a função de motorista profissional de transportes pesados, profissão que exige cuidados especiais com o transporte de carga.

A penalidade do crime de trânsito é agravada:

- (A) apenas sob a circunstância I.
- (B) apenas sob a circunstância II.
- (C) apenas sob as circunstâncias I e II.
- (D) apenas sob as circunstâncias II e III.
- (E) sob as circunstâncias I, II e III.

Gabarito: E

44.

As principais funções das vias rodoviárias em um ambiente urbano são: deslocamentos de longa distância, ligação entre os bairros, circulação nos bairros e acesso às moradias. As vias são classificadas a partir de suas características funcionais e físicas em alguns tipos. As vias caracterizadas por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível são classificadas como:

- (A) vias coletoras.
- (B) vias expressas.
- (C) vias locais.
- (D) vias vicinais.
- (E) vias arteriais.

Gabarito: B

45.

NÃO compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União:

- (A) Arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas.
- (B) Apurar, prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade contra a fé pública, o patrimônio, ou a administração pública ou privada, referentes à segurança do trânsito.

(C) Proceder à supervisão, à coordenação, à correição dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito.

(D) Articular-se com os órgãos dos Sistemas Nacionais de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, objetivando o combate à violência no trânsito, promovendo, coordenando e executando o controle de ações para a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Gabarito: A

1.2. RESOLUÇÕES DO CONTRAN

46.

A Resolução CONTRAN nº 254/07 estabelece requisitos para os vidros de segurança e critérios para aplicação de inscrições, pictogramas e películas nas áreas envidraçadas dos veículos automotores. De acordo com o regulamentado nessa Resolução e suas atualizações, marque a alternativa correta.

(A) A área do para-brisa, excluindo a faixa periférica de serigrafia destinada a dar acabamento ao vidro e à área ocupada pela banda degradê, é considerada área envidraçada dispensável à dirigibilidade do veículo.

(B) À exceção dos veículos blindados, para circulação nas vias públicas do território nacional é obrigatório o uso de vidro de segurança laminado no para-brisa dos demais veículos, a serem admitidos e de vidro de segurança temperado, uniformemente protendido, ou laminado, nas demais partes envidraçadas.

(C) O fabricante, o representante, exceto o importador do veículo, deverão certificar-se de que seus produtos obedecem aos preceitos estabelecidos por esta Resolução, mantendo-se em condição de comprová-los, quando solicitados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

(D) A transparência do vidro de segurança traseiro (vigia) não poderá ser inferior a 28%.

(E) Fora das áreas envidraçadas indispensáveis à dirigibilidade do veículo, a aplicação de inscrições, pictogramas ou painéis decorativos de qualquer espécie será permitida, desde que o veículo tenha como requisito apenas a existência de espelhos retrovisores externos direito e esquerdo.

Gabarito: B

47.

À luz do que versa a Resolução CONTRAN nº 277/08, que dispõe sobre o transporte de crianças e a utilização do dispositivo de retenção em veículos, é incorreto afirmar.

(A) Os dispositivos de retenção para crianças são projetados para reduzir o risco ao usuário em casos de colisão ou de desaceleração repentina do veículo, limitando o deslocamento do corpo da criança com idade até sete anos e meio.

(B) Para transitar em veículos automotores, os menores de dez anos deverão ser transportados nos bancos traseiros usando individualmente cinto de segurança ou sistema de retenção equivalente.

(C) As exigências relativas ao sistema de retenção, no transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, não se aplicam aos veículos de transporte coletivo, aos de aluguel, aos de transporte autônomo de passageiro (táxi) e aos demais veículos com peso bruto total superior a 3,5t. Os veículos escolares, no entanto, atualmente estão dispensados de tais exigências.

(D) As crianças com idade superior a sete anos e meio e inferior ou igual a dez anos deverão utilizar o cinto de segurança do veículo.

(E) O transporte de crianças em desatendimento ao disposto nesta Resolução sujeitará os infratores à penalidade de multa de R\$ 195,23 e retenção do veículo até que a irregularidade seja sanada.

Gabarito: E

48.

Tendo em vista o disposto na Resolução CONTRAN nº 04/1998, está incorreta a seguinte alternativa:

(A) Uma empresa responsável pela instalação de equipamentos destinados a transformação de veículos em ambulâncias e em veículos de emergência pode ser equiparada a uma indústria encarroçadora, para fins de aplicação do regulamentado na citada norma.

(B) No caso de veículo novo ou usado comprado diretamente pelo comprador por meio eletrônico, o prazo de que o veículo dispõe para deslocamento até o órgão de trânsito será contado a partir da data de efetiva entrega do veículo ao proprietário.

(C) Para os veículos recém-produzidos, beneficiados por regime tributário especial e para os quais ainda não foram emitidas as notas fiscais de faturamento, fica permitido o transporte somente do pátio interno das montadoras e fabricantes para os pátios externos das montadoras e fabricantes, em um raio máximo de 10 (dez) quilômetros, desacompanhados de nota fiscal.

(D) Se um veículo novo precisar ser deslocado do pátio de um Posto Alfandegário da cidade de Bonito (MT) até o órgão de trânsito do município de Belém, seu destino final, o prazo máximo para esse deslocamento deverá ser de 30 (trinta) dias consecutivos.

(E) Pela inobservância dos preceitos regulamentados pela Resolução CONTRAN nº 04/98, fica o condutor sujeito à penalidade prevista do Código de Trânsito Brasileiro, por cometimento de infração de trânsito de natureza gravíssima.

Gabarito: C

49.

Considerando a regulamentação trazida pela resolução CONTRAN nº 14/98 e suas atualizações e a Resolução nº 46/98, assinale a questão correta:

(A) A Resolução 14/98 regulamenta os itens obrigatórios para os vários tipos de veículos. Faróis dianteiros, de luz branca ou amarela, lanternas de posição traseiras, de cor vermelha, e pneus que ofereçam condições mínimas de segurança são, dentre outros, itens obrigatórios comuns a tratores de rodas, mistos e de esteiras.

(B) É facultativo o uso em caminhões, ônibus e em micro-ônibus de espelho retrovisor interno, quando tais veículos portarem espelhos retrovisores externos esquerdo e direito.

(C) De acordo com a Resolução n 44/98, que alterou a Resol. nº 14/98, os automóveis nacionais ou importados deverão ser dotados, obrigatoriamente, de encosto de cabeça nos assentos dianteiros próximos às portas e nos traseiros laterais. Nos bancos dos automóveis esportivos do tipo dois mais dois ou nos modelos conversíveis, há também a obrigação do uso do encosto de cabeça nos bancos traseiros.

(D) Nos dias atuais, ainda que com os avanços tecnológicos, permanece obrigatório o uso do registrador inalterável de velocidade e tempo para os veículos de transporte de cargas de produtos perigosos, escolares e de passageiros com mais de 20 lugares (ônibus e micro-ônibus).

(E) São equipamentos obrigatórios para todas as bicicletas, dentre outros, a buzina, o espelho retrovisor de ambos os lados, e o farol dianteiro de cor branca ou amarela.

Gabarito: B

50.

A Resolução CONTRAN nº 432/13 trouxe maior rigor à fiscalização nas vias do país com a finalidade de um combate mais eficaz ao binômio álcool-direção. Com relação às disposições dessa norma, assinale a alternativa correta.

(A) É necessariamente obrigatória a realização do exame de alcoolemia para as vítimas fatais de acidentes de trânsito.

(B) A confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência do condutor do veículo se dará necessariamente por meio de exame de sangue; exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Judiciária, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência; teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar e verificação dos sinais que indiquem a alteração da capacidade psicomotora do condutor.

(C) Nos procedimentos de fiscalização deve-se priorizar a utilização de exame de sangue e do teste com etilômetro.

(D) O veículo daquele que foi constatada a embriaguez será retido até a apresentação de condutor habilitado, que também poderá, a critério do agente fiscalizador, ser submetido à fiscalização.

(E) A infração de trânsito relativa à embriaguez ao volante será caracterizada por exame de sangue que apresente concentração de álcool por litro de sangue acima de 6dg/l.

Gabarito: A

51.

Com base no disposto na Resolução CONTRAN nº 349/10, especificamente sobre o uso da régua de sinalização e na Resolução CONTRAN nº 360/10, que dispõe sobre a habilitação do candidato ou condutor estrangeiro para direção de veículos em território nacional, marque a alternativa correta.

(A) Uma das características da régua de sinalização é a de ter que possuir sistema de sinalização paralelo, energizado e semelhante em conteúdo, quantidade, finalidade e funcionamento ao do veículo em que for instalado.

(B) O condutor estrangeiro, após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de estada regular no Brasil, pretendendo continuar a dirigir veículo automotor no âmbito territorial brasileiro, deverá fazer requerimento de prorrogação da validade ao órgão executivo do Estado ou Distrito Federal de sua residência ou domicílio.

(C) O veículo que possuir extensor de caçamba não ficará dispensado de utilizar régua de sinalização.

(D) Qualquer condutor de veículo automotor, oriundo de país estrangeiro e nele habilitado, poderá dirigir no Território Nacional quando amparado por convenções ou acordos internacionais, ratificados e aprovados pela República Federativa do Brasil e, igualmente, pela adoção do Princípio da Reciprocidade, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, respeitada a validade da habilitação de origem.

(E) A régua de sinalização é o acessório com características físicas e de forma semelhante a um para-choque traseiro, devendo ter 01 metro de largura e aproximadamente a largura do veículo, incluídos os retrovisores.

Gabarito: A

52.

Quanto à habilitação do candidato ou condutor estrangeiro para direção de veículos em território nacional, conforme a Resolução CONTRAN nº 360/10 e a Resolução CONTRAN nº 292/08 que dispõe sobre modificações de veículos previstas no Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

(A) A Carteira Internacional expedida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito do Estado ou do Distrito Federal não poderá substituir a CNH.

(B) O condutor com Habilitação Internacional para Dirigir, expedida no Brasil, que cometer infração de trânsito cuja penalidade implique na suspensão ou cassação do direito de dirigir, terá o recolhimento e apreensão desta, juntamente com o documento de habilitação nacional, ou pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal.

(C) É terminantemente proibida a modificação da estrutura original de fábrica de determinado veículo, a fim de aumentar a capacidade de carga, visando o uso do combustível Diesel.

(D) Michael, 23 anos, estrangeiro, em estada regular em São Paulo, deseja conduzir veículo automotor para conhecer algumas praias do Estado e do Nordeste. Acontece que, apesar de devidamente habilitado, Michael é oriundo de país estrangeiro cuja habilitação para conduzir veículos não é reconhecida pelo Governo brasileiro. Para saber como proceder, procurou o órgão executivo de trânsito do Estado. Ao chegar ao órgão, Michael foi informado que ele poderia dirigir no Território Nacional mediante a troca da sua habilitação de origem pela equivalente nacional junto ao órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, desde fizesse requerimento à autoridade de trânsito desse órgão, respeitada a sua categoria. Pode-se afirmar que Michael recebeu as informações corretas.

(E) Será exigida a realização de inspeção de segurança veicular para emissão do Certificado de Segurança Veicular – CSV, conforme regulamentação específica do INMETRO, expedido por Instituição Técnica Licenciada pelo DENATRAN, quando houver modificação no veículo.

Gabarito: D

53.

Em conformidade com a Resolução CONTRAN nº 292/08 que dispõe sobre modificações de veículos previstas no Código de Trânsito Brasileiro. Sobre o disposto nessa norma, marque a informação correta.

(A) Uma vez modificado o veículo, as modificações devem ser registradas no campo das observações do Certificado de Registro de Veículos – CRV e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV. Já o número do Certificado de Segurança Veicular – CSV, este deve ser registrado no campo específico e, quando estes não existir, no campo das observações do CRV/CRLV.

(B) Todos os veículos de passageiros e de cargas, usados, que sofrerem alterações no sistema de suspensão, ficam obrigados a atender aos limites e exigências da citada Resolução, cabendo a cada entidade executora das modificações e ao proprietário do veículo a responsabilidade pelo atendimento a tais exigências.

(C) O uso do Gás Natural Veicular – GNV como combustível é permitido somente para fins automotivos, à exceção apenas dos ciclomotores, motonetas, motocicletas e triciclos, cujo uso do GNV é terminantemente proibido.

(D) Para o licenciamento dos veículos que utilizam o Gás Natural Veicular como combustível será exigida, semestralmente, a apresentação de novo CSV.

(E) A Resolução nº 292/08 proíbe, dentre outras modificações a adaptação de 4º eixo em caminhão.

Gabarito: C

54.

O CONTRAN, dentro de suas competências, disciplinou por meio de Resolução o uso de capacete para condutor e passageiro de motocicleta, motoneta, ciclomotor, triciclo motorizados e quadriciclo motorizado. A respeito desse regramento, assinale a questão incorreta.

(A) O condutor e o passageiro de motocicleta, motoneta, ciclomotor, triciclo motorizado e quadriciclo motorizado, para circular na via pública, deverão utilizar capacete com viseira de proteção, ou na ausência deste, óculos de proteção.

(B) É obrigatório, para circular nas vias públicas, o uso de capacete pelo condutor e passageiro de motocicleta, motoneta e ciclomotor, triciclo motorizado e quadriciclo motorizado.

(C) No período noturno, somente a viseira tipo cristal é permitida.

(D) O capacete tem de estar devidamente afixado à cabeça pelo conjunto formado pela cinta jugular e engate, por debaixo do maxilar inferior.

(E) Será obrigatória a certificação do capacete por organismo acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, à exceção dos capacetes com numeração superior a 64, que estarão dispensados dessa certificação.

Gabarito: E

55.

Conforme as disposições da Resolução CONTRAN nº 619/16, assinale a alternativa incorreta.

(A) A notificação de autuação é o procedimento que dá ciência ao proprietário do veículo de que foi cometida uma infração de trânsito com seu veículo. Caso a infração não tenha sido cometida pelo proprietário do veículo, deverá ser indicado o condutor responsável pelo cometimento da infração.

(B) O Auto de Infração de Trânsito terá o mesmo valor de uma notificação da autuação quando for assinado pelo condutor do veículo.

(C) Os arrecadadores são os órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários que efetuam a cobrança e o recebimento da multa de trânsito (de sua competência ou de terceiros), sendo responsáveis pelo repasse dos 5% do valor da multa de trânsito à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

(D) O Auto de Infração de Trânsito poderá ser lavrado pela autoridade de trânsito ou por seu agente por anotação em documento próprio.

(E) Auto de Infração de Trânsito é o documento que dá início ao processo administrativo para imposição de punição, em decorrência de alguma infração à legislação de trânsito.

Gabarito: B

56.

Marque a alternativa correta de acordo com a Resolução CONTRAN nº 723/18.

- (A) A interrupção da prescrição da pretensão punitiva se dará com a notificação de instauração do processo administrativo; com a aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir ou de cassação do documento de habilitação; ou com o julgamento do recurso na JARI (Junta Administrativa de Recursos de Infrações), se houver.
- (B) A interposição de recurso intempestivo impede o cadastramento das penalidades de suspensão ou de cassação do direito de dirigir no RENACH.
- (C) A autoridade de trânsito deverá expedir notificação ao infrator, contendo obrigatoriamente o local em que a infração foi cometida.
- (D) Será instaurado um único processo administrativo para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir quando a soma dos pontos relativos às infrações cometidas atingir 19 (dezenove), no período de 24 (vinte e quatro) meses.
- (E) A penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta nos seguintes casos: sempre que o infrator ultrapassar a contagem de 20 (vinte) pontos, no período de 12 (doze) meses; ou por transgressão às normas estabelecidas no CTB, cujas infrações preveem, de forma específica, a penalidade de suspensão do direito de dirigir.

Gabarito: A

57.

Conforme a Resolução CONTRAN nº 561/15, assinale a alternativa incorreta.

- (A) São documentos de habilitação a Permissão para Dirigir (PPD), a Autorização para Conduzir Ciclomotores (ACC), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
- (B) Todos os veículos automotores e elétricos utilizados em transporte de carga, cujo PBT exceda a 3.500 kg devem ser conduzidos por condutores habilitados na Categoria "C".
- (C) As infrações simultâneas podem ser concorrentes ou concomitantes.
- (D) No caso de estacionamento irregular e que, por motivo operacional, a remoção não possa ser realizada, será lavrado somente um AIT, independentemente do tempo que o veículo permaneça estacionado, desde que o mesmo não se movimente neste período.
- (E) O agente só poderá registrar uma infração por auto, mas no caso da constatação de infrações em que os códigos infracionais possuam a mesma raiz (os três primeiros dígitos), todas deverão ser consideradas.

Gabarito: E

58.

De acordo com os conceitos trazidos pelo texto da Resolução CONTRAN nº 623, de 2016, entende-se por:

- 
- (A) Custódia de Veículos: medida administrativa aplicada pelo agente da Autoridade de Trânsito, quando da constatação da infração de trânsito que caracterize a necessidade de se retirar o veículo do trânsito, que será recolhido em local apropriado.
- (B) Remoção: procedimento administrativo de guarda e zelo de veículo recolhido a local apropriado diretamente por órgão público responsável pelo recolhimento, por órgão público conveniado, por particular contratado por licitação, inclusive por meio de pregão, ou mediante credenciamento.
- (C) Apreensão: medida administrativa aplicada pelo agente da Autoridade de Trânsito, quando da constatação da infração de trânsito que caracterize a necessidade de se retirar o veículo do trânsito, que será recolhido em local apropriado.
- (D) Recolhimento: ato de encaminhamento do veículo ao pátio de custódia a qualquer título, decorrente de remoção, retenção, abandono ou acidente, realizado por órgão público ou por particular contratado por licitação pública, inclusive por meio de pregão.
- (E) Pregão: modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Gabarito: D

59.

A Resolução CONTRAN nº 358, de 2010 regulamenta o credenciamento de instituições ou entidades públicas ou privadas para o processo de capacitação, qualificação e atualização de profissionais, e de formação, qualificação, atualização e reciclagem de candidatos e condutores. À luz da referida norma, está correto afirmar que:

- (A) As entidades, já autorizadas anteriormente pelo DENATRAN até a data de 25 de julho de 2006, em caráter permanente, com a finalidade de capacitar diretor geral, diretor de ensino e instrutor de trânsito para CFC, e examinador de trânsito, poderão continuar normalmente suas atividades, exclusivamente na localidade da autorização, submetendo-se às exigências do Órgão Executivo de Trânsito do Estado ou do Distrito Federal e as disposições desta Resolução.
- (B) Compete ao órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal credenciar instituições ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida pelo CONTRAN.
- (C) Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, por delegação do Departamento Nacional de Trânsito, são os responsáveis, no âmbito de sua circunscrição, pelo cumprimento dos dispositivos do CTB e das exigências da legislação vigente, sem a obrigação de providenciar condições organizacionais, operacionais, administrativas e pedagógicas para permitir o registro, acompanhamento e controle no exercício das funções.
- (D) Os órgãos executivos de trânsito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão credenciar entidades, mesmo as que tenham capacidade técnica comprovada, para exercerem as atividades de formação de diretor geral, diretor de ensino e instrutor de trânsito para CFC, e de examinador de trânsito.

(E) O credenciamento das instituições e entidades é específico para cada endereço, intransferível e renovável conforme estabelecido pelo órgão executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal.

Gabarito: Nula (duas opções de reposta, letras B e E)

60.

De acordo com a Resolução CONTRAN nº 168, de 2004, constitui falta no Exame de Direção Veicular, para veículos das categorias “B”, “C”, “D” e “E”:

- (A) Faltas Média: desobedecer à sinalização semaforica e de parada obrigatória.
- (B) Faltas Leve: executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre.
- (C) Faltas Médias: não ajustar devidamente os espelhos retrovisores.
- (D) Faltas Grave: desobedecer a sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito.
- (E) Faltas Eliminatórias: descumprir o percurso preestabelecido.

Gabarito: Nula (duas respostas corretas, letras D e E)

*Grande abraço, tenha uma excelente prova e que
Deus te abençoe em seus sonhos e projetos!
Prof. Marcos Girão*